

ideal para a construção, pedindo para que fosse enviado ao conselho a justificativa da escolha do local e não de outros lugares dentro do complexo da Vila Militar. Após todos os questionamentos, o conselho decidiu por unanimidade que não aprovaria o projeto como estava e que deveria haver uma mudança na arquitetura, mantendo uma ambiência com o prédio central ou das casas e questionou a escolha do local, causando um impacto negativo, sugerindo que a construção acontecesse próximo a oficina. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada por mim, Marco Antônio Paiva, e assinada por todos os presentes acima nominados e referenciados.

Membros Titulares	
Bárbara Silva Freitas	<i>Bárbara Silva Freitas</i>
Gláucia Luany Neto	<i>Gláucia</i>
Rafael Saldanha de Lima	<i>Rafael Saldanha de Lima</i>
Liliane Raimundo Galdino	<i>Liliane</i>
Marco Antônio Assis Paiva de Oliveira	<i>Marco Antônio A. P. de Oliveira</i>
Membros Suplentes	
Ananias José da Silva Neto	<i>Ananias J. da Silva</i>

Ata da 164ª (centésima sexagésima quarta) reunião extraordinária do Conselho Consultivo e Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural do Município de Bom Despacho, Minas Gerais, realizada no dia dois de agosto de dois mil e vinte e três. A reunião foi realizada presencialmente na sede da Prefeitura Municipal de Bom Despacho, localizada na Avenida Maria da Conceição Del Duca, 150, Jaraguá, e coordenada pela presidente, Bárbara Freitas. Participaram da reunião, os seguintes membros: Bárbara Freitas (titular); Gláucia Luany Neto (titular); Liliane Galdino (titular); Marco Antônio Paiva (titular), Ananias José da Silva Neto (suplente). Todos os conselheiros foram comunicados sobre a reunião por meio da mensagem enviada no grupo COMPAC BD no WhatsApp e que continha data, horário, local e pautas da reunião. A pauta foi: 1 - Sala de videomonitoramento na Vila Militar. A reunião foi iniciada pela presidente Bárbara que logo passou a palavra para a Arquiteta da Prefeitura Municipal de Bom Despacho, Caroline Nunes. A Arquiteta começou falando sobre o pedido do Conselho para a mudança arquitetônica do projeto da sala de videomonitoramento, alegando que foi feita uma análise do projeto e do dossiê de tombamento e que seu projeto feito anteriormente já é similar as estruturas existentes no Complexo da Vila Militar. A Arquiteta então fez uma segunda opção de projeto com a alteração dos pilares de concreto para os pilares de madeira, mantendo a arquitetura parecida com os pavilhões que se encontram na Vila Militar. A presidente Bárbara toma a palavra e fala que a região da Vila Militar necessita de um controle mais rígido, baseando nisso é necessário fazer alguns questionamentos, sendo o primeiro sobre a escolha do local, já que ele se encontra ao Prédio Central, uma das principais edificações da Vila Militar. A Major Mariana, alega que juntamente com o Tenente Marcos Luciano, participaram de reuniões prévias junto com a Secretaria de Obras e o Secretário de Licitação, alegando que o município procurou o comando da Polícia Militar interessados em utilizar o Complexo da Vila Militar para a implementação do projeto Cidade Inteligente. Após reunião técnicas com representantes da Prefeitura Municipal foi levantado a escolha de locais para a implementação da sala de videomonitoramento. A Major Mariana alegou que antes da intenção de se fazer essa sala de videomonitoramento, a Polícia Militar conta com outros projetos em andamento, como por exemplo a construção do posto de combustível e que foi analisado por todos, outras opções de locais para a construção da sala de videomonitoramento. O Tenente Marcos Luciano alegou que ao lado da oficina onde foi sugerido, está localizado o projeto do posto orgânico, que já foi feita a avaliação do terreno e estão aguardando somente o recurso para execução da obra. O Tenente alega que a norma da Polícia Militar, que se baseia em um decreto de 2.009, onde fala que a Polícia não pode ceder

830

espaço onde aja alguma execução de obra ou que venha a trazer prejuízo aos policiais. O Tenente então fala que tentou fazer readequações de salas já existentes, porém como a estrutura é muito antiga, demanda tempo e não ficaria viável. O Tenente alegou também que a disponibilização de salas não seria viável pois em dezembro iria começar a escola de soldados. Outro lugar sugerido era no antigo rancho do Complexo, mas que já havia ali uma garagem com sombreadores para as viaturas da Polícia Militar. Em uma área próxima ao Colégio Tiradentes seria inviável, devido a distância do prédio central, pois além da sala de videomonitoramento, o espaço vai contemplar também o COPOM, o Tenente também falou sobre a quadra próxima a caixa d'água, mas o local é inviável pois ali do lado se encontra a SAS (Serviço de Assistência à Saúde) da Polícia Militar e que a quadra é usada para o lazer das crianças. Diante de todas as análises, o Tenente alegou que o local escolhido seria o mais viável, devido a sua localização e por estar em um local que não atrapalharia as pessoas a tirarem fotos do Prédio Central da Vila Militar. A Presidente Bárbara lembrou que em nenhum momento o Conselho é contra a construção da sala de videomonitoramento, mas que desejava apenas que o comando da Polícia apresentasse um argumento viável para a escolha do local e que quando o Conselho levou essa situação para os membros, a conselheira do patrimônio apresentou certa preocupação pela escolha do local e sugeriu que a construção acontecesse um pouco mais atrás do local sugerido. O Tenente Marcos Luciano apontou que o local sugerido pela conselheira era um buraco, o que tornaria mais inviável ainda. A presidente Bárbara então sugeriu que o Comando da Polícia fizesse um documento com todas as justificativas para a não escolha de outros locais, para que o Conselho pudesse votar a favor ou não da construção. A Major Mariana concordou em fazer o documento e que enviaria para o Conselho o mais rápido possível. Após

todas as falas, ficou acordado que o Conselho esperaria um documento do Comando da Polícia para tomar uma decisão. Logo em seguida o Tenente Marcos Luciano se viu preocupado com o início das obras prometidas pela empresa JM Empreendimentos e que estavam um mês atrasados. A presidente Bárbara salientou que o projeto havia sido aprovado e que enviaria um ofício para a empresa cobrando o andamento das obras na Vila Militar. A Major Mariana perguntou se poderia adicionar mais uma obra na Vila, já que a mesma se encontra atrasada e o que poderia ser feito em relação a ponte. A Major pediu para que a obra da ponte entrasse no plano de aplicação em 2.024 e a presidente Bárbara salientou que seria possível que essa obra entrasse no plano e que essa reunião aconteceria no final do ano. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada por mim, Marco Antônio Paiva, e assinada por todos os presentes acima nominados e referenciados.

Membros Titulares	
Bárbara Silva Freitas	<i>Bárbara Silva Freitas</i>
Gláucia Luany Neto	<i>Gláucia Luany Neto</i>
Liliane Galdino	<i>Liliane Galdino</i>
Marco Antônio Assis Paiva de Oliveira	<i>Marco Antonio A.P. de Oliveira</i>
Membros Suplentes	
Ananias José da Silva Neto	<i>Ananias José da Silva Neto</i>

Ata da 165ª (centésima sexagésima quinta) reunião extraordinária do Conselho Consultivo e Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural do Município de Bom Despacho, Minas Gerais, realizada no dia vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e três. A reunião foi realizada presencialmente na sede da Prefeitura Municipal de Bom Despacho, localizada na Avenida Maria da Conceição Del Duca, 150, Jaraguá, e coordenada pela presidente, Bárbara Freitas. Participaram da reunião, os seguintes membros: Bárbara Silva Freitas (titular); Gláucia Luany Neto (titular); Liliane Galdino (titular); Marco Antônio Paiva (titular) e Rodrigo Machado (titular). Todos os conselheiros foram comunicados sobre a reunião por meio da mensagem enviada no grupo COMPAC BD no Whatsapp e que continha data, horário, local e pautas da reunião. A pauta foi: 1 – Projeto pintura e reforma da Igreja Assembleia de Deus; 2 – Análise do projeto de restaurante na Rua Alferes Tavares; 3 – Projeto de revitalização da Igreja do Rosário; 4 – Projetos UNA – Parecer; 5 – Troca de presidente. A reunião foi iniciada pela presidente Bárbara que apresentou o projeto de pintura e revitalização da Igreja do Rosário, que é inventariada como patrimônio cultural do município, além de sediar umas das maiores festas culturais da cidade, a Festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, que também é um patrimônio cultural registrado. A revitalização da igreja é importante para manter a